

Sistema Elétrico 2011

Assembléia aprova paralisação e repudia discurso neoliberal

Entre a desilusão pelas atitudes de um Governo que ajudou a eleger e a indignação pelo descaso com que estão sendo conduzidas as negociações pelos representantes patronais, trabalhadores e trabalhadoras presentes ontem à Assembléia decidiram pela paralisação de 48 horas a partir da zero hora do dia 20 e pela realização de atos de repúdio à indiferença dispensada às representações sindicais.

Somando-se todas as intervenções que aconteceram durante a Assembléia, chega-se a um saldo de responsabilidade, unidade e disposição para novas mobilizações, se for preciso.

Dentre as intervenções, destaques para o repúdio ao discurso neoliberal que apregoa a falta de mão de obra qualificada no País, mas que se recusa a reconhecer a capacidade da categoria eletricitária, responsável por um setor estratégico para o Brasil, que atendeu com sobras ao crescimento de 8% do consumo de energia em 2010 e que deu respostas imediatas a eventuais interrupções, garantindo a tranquilidade dos setores industrial e residencial.

A Assembléia serviu, ainda, para responder a discursos radicais que defendem a paralisação sem medir as conseqüências para setores

importantes e que não podem sofrer interrupção de energia, gerando, em alguns casos, óbitos e acidentes de conseqüências imprevisíveis.

A Assembléia aprovou, também, a convocação de toda a categoria eletricitária para o ato que será realizado nesta quarta-feira, dia 20 de julho, a partir das 10 horas, à porta do edifício-sede da Eletrobrás, numa tentativa de dar visibilidade à nossa Campanha Salarial para uma mídia comprometida com o capital e que cobra R\$ 400 mil do Sindicato para uma única inserção de 30 segundos em sua programação.

É responsabilidade de cada um de nós fazer um grande ato em que será distribuída carta aberta à população explicando a justiça de nossas reivindicações e o descaso com que elas têm sido tratadas até aqui.

A direção do Sintergia e o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) continuam empreendendo ações institucionais através de contatos com parlamentares e autoridades no sentido de encontrar uma solução que atenda a ambas as partes, mas o momento é de luta por um ACT digno e à altura de nossas expectativas.

Todos ao ato!

ATO

Em defesa de um ACT digno!

Dia 20 de julho de 2011, às 10 horas - Av. Presidente Vargas, 509

Salários e juros, escada e elevador social

Apesar da virulência da campanha de setores empresariais, da mídia e do governo para empurrar os salários escada abaixo, enquanto os juros continuam subindo pelo elevador social, o segundo semestre inicia com campanhas salariais vitoriosas, todas com ganhos reais para os seus trabalhadores. Os índices variam entre 2 a 3%, mas graças à ação sindical apontam para cima, fortalecidos pela determinação da classe trabalhadora em se apropriar de uma parcela do crescimento.

O desafio agora é turbinar esses percentuais a partir da mobilização de categorias como a dos trabalhadores no sistema financeiro, petroleiros, químicos e metalúrgicos, o que repercutirá muito positivamente ao injetar recursos na veia da economia.

Diferente do alegado recentemente pelo presidente do BC, Alexandre Tombini, salário não gera inflação. Entre as décadas de 80 e 90, por exemplo, os ganhos dos trabalhadores foram tremendamente aviltados, a pobreza aumentou e o índice de inflação foi estrondosamente alto. Muito diferente disso, no período de 2004 para cá, praticamente todos acordos salariais fecharam sem perdas e uma parcela expressiva conquistou ganho real, possibilitando que o país superasse a crise com crescimento e distribuição de renda.

Na prática, as declarações do presidente do BC e outros que insistem na falsa tese de que o salário é inflacionário atenta contra a realidade para criar um caldo de cultura favorável ao arrocho, o que equivaleria a dar um tiro no pé do crescimento.

Enquanto isso, o BC continua alavancando os juros, cujos patamares já ultrapassaram o nível da irresponsabilidade. É óbvio que isso nada tem a ver com o enfrentamento à inflação, mas com ampliar ainda mais os ganhos dos bancos à custa do dinheiro público. Afinal, a elevação de juros só faz aumentar a sangria da sociedade e do Estado

– que já repassaram mais de R\$ 100 bilhões aos bancos somente este ano - e os custos das empresas, erguendo barreiras e dificultando os investimentos produtivos. Convertendo-se, portanto, no fator mais inflacionário da economia. O seu impacto só não é mais visível no bolso da população por conta das importações subsidiadas pelo câmbio, à custa da desnacionalização de setores da economia.

A CUT já disse mil vezes e continuamos reafirmando: o que causa a inflação é a especulação, a ação dos monopólios e oligopólios privados e o descontrole do sistema financeiro, que pratica altas taxas de juros que fomentam o parasitismo especulativo. A inflação se combate com produção e não com restrição ao consumo, como nos querem fazer crer os monetaristas.

Um exemplo bastante concreto da sazonalidade da inflação que o país registrou há pouco – o que comprova que não era uma inflação de demanda – foram os aumentos dos combustíveis, puxados particularmente com o etanol, cujo preço é manipulado por meia dúzia de monopólios privados – em sua quase totalidade estrangeiros; os percentuais altíssimos de reajuste dos preços indexados de energia e telefonia, praticados pelas empresas privatizadas, e os reajustes das mensalidades.

Diante da gravidade deste quadro, o governo brasileiro precisa adotar urgentemente, de forma clara e audaciosa, uma política de regulação de preços. No álcool, fortalecendo a presença e a participação do Estado, através da Petrobrás; no caso dos alimentos, com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio de uma política de estoques reguladores e potencialização da agricultura familiar.

É hora de colocar o povo nas ruas para derrotar os especuladores.